



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e de convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa, haja vista a necessidade de acompanhamento diuturno dos prazos processuais.

Empós, apresentou a ata da reunião anterior para a aprovação dos presentes, o que foi feito.

O Dr. Leonardo Moura pediu a palavra e apresentou o Dr. Leandro Sousa Bessa, que será o novo representante da Defensoria Pública no Programa, salientando o quão importante para ele foi trabalhar no presente Programa, desde o nascedouro. No entanto, em face do acúmulo de atividades, não tem mais como assumir tão importante encargo, pois sabe que demanda bastante tempo.

Em seguida, a Dra. Alice Iracema apresentou um histórico do Programa Tempo de Justiça, desde a sua criação, destacando a importância do Programa dentro das políticas públicas do Ceará Pacífico. Ressaltou a necessidade de divulgar a importância desse Programa, haja vista ser uma estratégia que busca eficácia e celeridade processual. Destacou a repercussão positiva do Programa pelo país, inclusive pontuou que referido Programa já foi objeto de premiação junto ao CNMP. Exaltou, também, a repercussão positiva na sociedade.

Empós, a Desembargadora Ângela apresentou um panorama do atual estágio do Programa. Cientificou a todos das dificuldades enfrentadas para se reestabelecer o ritmo do Programa, no sentido de que este possa fluir bem nas 5 Varas do Júri da Capital. Ressaltou que muitas dessas dificuldades, inclusive o acúmulo de audiências, deve-se à pandemia, em que os trabalhos tiveram seu ritmo reduzido. Colocou que o primeiro passo é o engajamento de todos que estão integrados ao Programa, sobretudo os juízes titulares e auxiliares das Varas do Júri. Ressaltou melhorias feitas pela Vice-governadoria, no sentido de tornar o painel de monitoramento de mais fácil compreensão, permitindo uma melhor visualização dos dados e, por conseguinte, mais operante. Enfatizou que, posteriormente, deve-se criar um portal de transparência com os resultados do Programa. Ainda em sua fala, colocou a importância da análise das cautelares incidentais que são distribuídas para as Varas do Júri. Comprometeu-se a buscar uma solução viável junto com a informática e a SEPLAG a fim de evitar que cautelares referentes a um inquérito seja distribuída para juízes distintos.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Ato seguido, Karlos Raphael solicitou uma reunião com a TI da PEFOCE para que se pudesse alinhar as demandas referentes aos laudos periciais, com o objetivo de se criar, no painel, um campo para que se possa acompanhar o tempo de confecção dos laudos periciais.

Incontinenti, a Desembargadora Ângela passou a palavra à Vice-governadora Jade, que informou que a produção do novo painel de monitoramento do Programa Tempo de Justiça está em 4% de avanço, no que concerne as melhorias. Asseverou que a fase de programação está em andamento. Afirmou que, no mês de agosto, seria o momento propício de anunciar a criação do Tempo de Justiça Mulher, que apresentará os feminicídios, ressaltando a importância de se dar ênfase à aba “Feminicídio” dentro do Programa Tempo de Justiça, haja vista o clamor popular no que pertine a referidos delitos e a necessidade de desestimular a prática de delitos dessa natureza, uma vez que uma célere resposta da Justiça tende a mostrar que os Poderes e suas instituições estão firmemente imbuídas em propiciar o julgamento de forma célere delitos dessa estirpe.

Neste momento, a sra. Carla Ponte apresentou um relatório informando que, com os dados atuais, é possível monitorar os processos envolvendo vítimas do sexo feminino, identificando-os por Vara e por andamento processual.

Ato contínuo, a Desembargadora Ângela apresentou os trabalhos que estão sendo realizados pela Carla e Ivo perante as Varas do Júri, que consistem em: acompanhar e atualizar o histórico e cadastro de partes dos processos, a fim de que os dados exibidos pelo painel reflitam a realidade processual. Além disso, informou que há um relatório extraído do SAJ em que, semanalmente, têm-se catalogadas todas as diligências realizadas em cada processo e, conseqüentemente, suas pendências. Afirmou que também pediria um relatório acerca das cautelares, conflitos e declínios de competência, no sentido de agilizá-los.

Seguidamente, a Dra. Alice Iracema apresentou sugestões adotadas para decidir o corte do universo do Programa nos ciclos anteriores, antes da pandemia. Exaltou que a comunicação entre as instituições é a chave para o sucesso do Programa.



Empós, a Desembargadora Ângela relatou que, em contato com os magistrados das Varas do Júri, foi pensada a criação de um grupo de trabalho da seguinte forma: 5 Juizes para atuarem em algumas situações, nas audiências e sessões do Júri, para manter as pautas de audiências em funcionamento mesmo nos meses de férias e licenças dos juízes titulares e ainda possibilitar o agendamento de sessões extras. Afirmou que o ato normativo está sendo construído pela Diretoria do Fórum e é necessário que as instituições parceiras, Ministério Público e Defensoria Pública, se preparem para cooperar de forma semelhante. O grupo será temporário, provavelmente até o final do ano. Isso se dá para tentar compensar o atraso causado pela pandemia e impulsionar a produtividade.

Em seguida, o Dr. Raimundo Lucena Neto, informou que os incidentes de insanidade mental estão impactando negativamente no andamento do processo. A Vice-governadora informou que irá se reunir com o Dr. Julius Cesar para encontrar uma solução. A Dra. Jacinta Inamar alertou que os expedientes dos processos do Tempo de Justiça vão devidamente identificados para que sejam cumpridos com prioridade.

Seguidamente, a Vice-governadora Jade recordou que tinha sido acordada de fazer uma capacitação dos agentes envolvidos no Programa Tempo de Justiça. Assim, requereu que já fosse criado o formato da capacitação para que, na próxima reunião, já fosse posto em prática, para agilizar o início do Programa. Neste momento, a Dra. Alice Iracema contou que, pela experiência anterior, cada instituição fazendo um treinamento interno teve resultado produtivo no que se refere à produtividade. Empós, a Dra. Jacinta Inamar afirmou que, após o lançamento do programa, seria interessante fazer uma reunião geral no salão do júri com todos os agentes e servidores, para entender a importância do programa e da contribuição de cada um para a sociedade.

Incontinenti, a Desembargadora Ângela reforçou que a lista atual de acesso ao painel está defasada e apontou que é necessário rever referidos acessos, pois muitas das pessoas que estão com acesso já não trabalham mais no Programa.

Logo depois, a Vice-governadora sugeriu que fosse feita a apresentação aos agentes, antes do painel ficar pronto, com o intuito de não prorrogar o início dos trabalhos e já preparar as instituições para os trabalhos. Sugeriu que fosse feita uma reunião na primeira quinzena de agosto e a outra na segunda quinzena.

Em seguida, a Desembargadora Ângela apresentou as metas atuais do Programa. Informou que Carla e Ivo estão fazendo o acompanhamento diário dos processos que tramitam nas Varas do Júri. Também estão sendo acompanhadas as medidas cautelares incidentais. Esse trabalho está sendo feito de forma manual, em razão de não ser possível a solução pela informática, no que concerne ao ambiente de inquérito.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Nessa oportunidade, o sr. Diego informou que irá se reunir na próxima quinta-feira com o Gustavo para apresentar uma solução de contorno para a questão das cautelares. Asseverou que estão sendo identificados eventos que podem ser puxados pelas movimentações automáticas do sistema.

Incontinenti, Carla e Ivo apresentaram os trabalhos realizados no último mês. Ivo disse que faz a análise dos processos e a devida atualização do histórico de partes, entrando em contato com o agente que precisa ser acionado para movimentar o processo. Asseverou que está trabalhando em uma planilha criada pelo Israel Landim para adiantar os trabalhos, mas será necessário desenvolver os dados no novo painel. Contou que os inqueritos que estão no ambiente de inqueritos não estão sendo monitorados, haja vista não ser possível o painel extrair esses dados.

Empós, o Dr. Danilo Rafanelli se comprometeu em enviar até o 5º dia útil do mês os inqueritos que estão com a Polícia Civil.

Logo após, a Desembargadora Ângela reforçou que é necessário Carla e Ivo fazerem o trabalho diário de atualização e cobrança, pois diariamente, os processos são movimentados. Posteriormente, resumiu que será feito o lançamento do Tempo de Justiça mulher, em seguida, um encontro motivacional geral, incluindo os oficiais de justiça, depois a criação do grupo de apoio de juízes, promotores e defensores.

Ato contínuo, a Vice-governadora Jade solicitou à informática da Vice-governadoria que fosse estabelecido um percentual mínimo para o desenvolvimento do novo painel até a próxima reunião. Karlos Raphael disse que é possível já apresentar a versão para homologação. Ato seguido, a Vice-governadora pediu que fossem apresentadas as sugestões até o dia 04/08, para agilizar o desenvolvimento do painel.

Empós, a Desembargadora Ângela pediu que ficasse consignado em ata um pleito de gratidão ao Dr. Leonardo pelo excelente trabalho prestado ao logo desses anos, ressaltando a excelência do desempenho de suas funções como representante da Defensoria Pública perante este Comitê. Na mesma oportunidade, deu as boas vindas ao Dr. Leandro, que passará a fazer parte do Comitê de Governança do Programa Tempo de Justiça.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, na sala da ACM, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a apresenta e empenho de todos, destacou a importância do programa.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Karlos Raphael apresentará a versão do painel para homologação em 30 dias	Karlos Raphael
02	Reunião com a informática e SEPLAG para encontrar uma solução para a distribuição das cautelares	Des. Ângela e Dra. Jacinta
03	Karlos Raphael reunião com a TI da PEFOCE para que se pudesse alinhar as demandas referentes aos laudos periciais	Karlos Raphael
04	Acompanhar a criação do grupo de apoio aos Magistrados do Júri	Des. Ângela e Dra. Jacinta
05	Acompanhamento diário do andamento através da atualização de histórico de partes dos processos com a tarja do tempo de justiça, bem como cautelares e feticídio.	Carla e Ivo
06	Dr. Danilo Rafanelli se comprometeu em enviar até o 5º dia útil do mês os inquéritos que estão com a Polícia Civil.	Dr. Danilo Rafanelli
07	Diego comprometeu-se a de reunir na próxima quinta-feira com o Gustavo para apresentar uma solução de contorno para a questão das cautelares.	Diego
08	Reunião de lançamento do Tempo de Justiça Mulher	Dra. Jade

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **31 de agosto de 2023, quinta-feira, as 10h00min, na Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.